

EDITORIAL

Os cadernos de educação *PAIDÉIA* chegam ao seu terceiro número completando um ano de existência. Neste ano muita coisa aconteceu. O horizonte límpido que se vislumbrava com a queda do muro de Berlim e o fim da guerra fria, hoje se turva frente às guerras fratricidas que atingem o coração da Europa. No Brasil, um governo que foi eleito com bandeiras que prometiam o fim da corrupção, da ineficiência estatal e do capitalismo cartorial, se vê no limiar de um *impeachment*, exatamente por ter levado a corrupção ao centro do poder, por ter desestruturado o Estado e por ter tentado transformar o país no cartório de um homem só. Os tempos são outros, os P.C.s também. Na educação, passamos por mais uma febre de reformas para acabar com todas as reformas. Surgem os CIEPs e CIACs, se consolida um novo mito, o da escola de tempo integral como a única redentora dos males da educação nacional. Contudo, não passam de experiências de caráter propagandístico que deixam à margem a maioria das crianças, não apresentam os resultados que prometem e que promovem a alegria dos empreiteiros, consumindo parte significativa dos poucos recursos disponíveis para o ensino no Brasil. Enquanto isso, se arrasta na Câmara dos Deputados, o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, elaborado na legislatura passada a partir da contribuição de educadores do Brasil inteiro, e que tem hoje, como relatora, a Deputada Ângela Amim (cujo relatório, ainda não votado, representa vários pontos de retrocesso frente ao texto original). Este projeto, embora suscetível de críticas, representa um patamar básico de consenso que se conseguiu atingir a nível da comunidade educacional. Ele é detalhista, corporativo? Mas como não ser detalhista num país onde os poderes públicos, valendo-se de filigramas jurídicas, de tudo fazem para não cumprir seus compromissos com o ensino público? Como não ser corporativo num país onde há professores que ganham 2 dólares por mês? E, o mais grave, é que neste ínterim surge no Senado um projeto de Darcy Ribeiro com o aval do Senador Marco Maciel (que representa os interesses de segmentos que estão no poder no Brasil desde o descobrimento) e que organiza nossa educação nos moldes daquela existente no início deste século, retornando o *Preparatório* para os cursos superiores e fixando-se a obrigatoriedade escolar em 5 anos. Isto, quando se sabe, conforme os estudos de Sérgio Costa Ribeiro, que o aluno brasileiro já fica na escola em torno de 8,6 anos, sem contudo avançar nas séries, em virtude da repetência. A história parece se repetir, o projeto de Darcy Ribeiro cumpre hoje o papel que o Substitutivo Lacerda cumpriu por ocasião da elaboração de nossa primeira LDB, que é tumultuar a discussão, zerar o debate.

Como se vê, neste período a crise se agravou e, em virtude disso, aumenta mais do que nunca a importância do debate, da apresentação de idéias para que saíamos dela com um ganho em qualidade, com um avanço da perspectiva emancipatória do homem e não com um retrocesso ao barbarismo. É neste campo de luta que *Paidéia* se coloca e espera continuar nos próximos

anos com a contribuição de todos aqueles que acreditam na possibilidade da existência de uma escola pública de qualidade gerida democraticamente.

Finalmente, gostaríamos de agradecer à Chefia e à Comissão de Verbas do Departamento de Psicologia e Educação assim como à Direção da FFCLRP-USP, pelo suporte financeiro e o incentivo prestado neste ano de existência.